

A AÇÃO DO INSTITUTO UNIBANCO NO ESPÍRITO SANTO: A NATURALIZAÇÃO DO PRIVADO NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA CAPIXABA

Bruna Sobroza da Silva – UNESA / RJ

sobroza@yahoo.com.br

Karine Vichiect Morgan – UERJ / RJ

morgan.uff@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde a chegada dos portugueses, a educação no Brasil sofre a influência do setor privado. Inicialmente representado por ordens religiosas, como os Jesuítas e os Franciscanos (Sangenis, Mainka, 2019) e posteriormente com a forte presença da escolarização doméstica que chega a ultrapassar a rede de escolarização oficial no Império e nos primeiros anos da República (Akkari, et al, 2011).

Ao longo do tempo, o setor privado se expandiu e reconfigurou, impactando as políticas educacionais. A legislação brasileira reflete essa relação, com benefícios ilimitados como renúncia fiscal, bolsas de estudo e financiamento público para instituições privadas (Brasil, 1934; 1961). Durante a Ditadura, o decreto nº 72.495 reforçou essa simbiose, orientando o Estado a evitar a criação de escolas públicas onde a oferta privada fosse suficiente (Brasil, 1973). Esses benefícios fomentaram a privatização da educação, que ocorreu de forma livre e intensa.

Adrião (2018) identificou três dimensões do processo de privatização da educação pública. A este artigo importa a Privatização da gestão da educação pública que, segundo a autora, refere-se a gestão de dois tipos – a da gestão escolar e a gestão educacional pública. O segundo tipo, foco de análise deste artigo, é definido pela autora como “Transferência da gestão do sistema educacional para organizações lucrativas por meio de PPPs; Transferência da gestão do sistema educacional para organizações sem fins de lucro.” (p.11)

Este estudo objetiva analisar a privatização da gestão educacional pública, nos termos abordados por Theresa Adrião na educação capixaba por meio da inserção e consolidação das relações entre o Instituto Unibanco e o estado do Espírito Santo.

DESENVOLVIMENTO

O Instituto Unibanco (IU), fundado em 1982 e integrante do grupo Itaú-Unibanco, afirma buscar melhorar a educação pública por meio da gestão educacional. Afirma atuar para a permanência dos estudantes, a melhoria da aprendizagem e a redução das desigualdades. Seus valores incluem inovação, diversidade e base em evidências.

Nos últimos 10 anos, investiu R\$ 1,2 bilhão em projetos, financiados por um fundo patrimonial que, segundo o instituto, assegura alinhamento estratégico e oferta gratuita de serviços para secretarias de educação, escolas, profissionais e estudantes.

No Espírito Santo, o IU integra um movimento de organizações privadas que alegam apoiar a educação pública. Desde 2010, atua em parceria com Secretarias de Educação, focando na

gestão para resultados, formação de lideranças e qualificação docente. Busca ainda usar dados e indicadores para orientar políticas educacionais. (Peterle, 2024).

Projetos do IU no Espírito Santo

Em pesquisa nos relatórios disponíveis no site institucional do IU (2003 – 2023) e no site da Secretaria Estadual de Educação foi possível isolar os projetos executados no Espírito Santo no âmbito da Gestão.

Tabela 1 – Iniciativas do IU no Espírito Santo.

Título	Resumo	Vigência
Sistema de Gestão para Resultados (SGR)	O Sistema de Gestão para Resultados (SGR) é um dos principais projetos do Instituto Unibanco voltado para a gestão educacional e tem sido implementado no Espírito Santo (Governo/ES, 2025).	2019-2022
Desenvolvimento de Lideranças Educacionais	Este programa visa melhorar a gestão pedagógica e a gestão administrativa das escolas, capacitando os líderes escolares a tomar decisões mais estratégicas e alinhadas com as necessidades dos alunos.	2025
Apoio ao Planejamento Estratégico e Gestão de Resultados	Apoio ao planejamento estratégico das redes de ensino, o apoio inclui a definição de metas educacionais, a organização de recursos e a implementação de estratégias para alcançar essas metas.	2023-2026
Projetos de Acompanhamento e Monitoramento	Implementa projetos de monitoramento constante das políticas educacionais em andamento, permitindo que gestores escolares e educacionais acompanhem de perto os resultados de suas ações.	Desde 2017
Fortalecimento da Cultura de Avaliação e Transparência	Atua no fortalecimento de uma cultura de avaliação e transparência dentro das redes de ensino. Isso inclui o uso de avaliações periódicas e a publicação de resultados.	Desde 2019
Capacitação de Educadores e Formação Continuada	O Instituto Unibanco oferece programas de formação contínua para professores e coordenadores pedagógicos, com foco em melhoria das práticas pedagógicas e no uso de estratégias de ensino mais eficazes.	Desde 2019
Apoio ao Uso de Tecnologia na Gestão Educacional	Apoia o uso de tecnologia digital para aprimorar a gestão educacional no Espírito Santo (Governo/ES, 2025).	2023-2026

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Governo do Estado do Espírito Santo.
<https://www.es.gov.br/Noticia/escritorio-de-projetos-do-governo-do-espírito-santo-e-considerado-o-melhor-do-pais>

Em 2023, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e o Instituto Unibanco promoveram um seminário "Circuito de Gestão Capixaba: uma parceria para a inovação da política educacional", celebrando nove anos de cooperação entre o setor público e o terceiro setor. O evento destacou avanços na gestão educacional e escolar, resultantes dessa colaboração (Governo/ES, 2023).

O governo estadual tem explorado parcerias público-privadas (PPP) na educação, incluindo a construção de escolas e a terceirização de serviços de apoio não pedagógicos via concessão administrativa, visando otimizar recursos e melhorar a qualidade educacional.

Em 2023, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e o Instituto Unibanco promoveram o seminário *Circuito de Gestão Capixaba*, celebrando nove anos de cooperação entre o setor público e o terceiro setor, destacando avanços na gestão educacional (Governo/ES, 2023).

Essas parcerias parecem naturalizar a presença do privado na educação pública capixaba. Estudos apontam uma crescente influência do setor privado na administração educacional dos 78 municípios do estado desde 2007, o que pode comprometer a gestão democrática e o caráter público da educação. Isso reforça a necessidade de fortalecer a participação social e garantir a educação como um direito universal e gratuito (Oliveira et al., 2019).

No estudo de Oliveira e colaboradores (2019), constatou-se que a privatização permeia a educação pública nos municípios do Espírito Santo, sem exceção entre os 78 municípios capixabas. Assim, a educação pública estadual tem se tornado um mercado atrativo e lucrativo. A privatização manifesta-se por meio de formações, assessoramentos, materiais apostilados, convênios para oferta de vagas, programas, terceirizações, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente inserção do setor privado na gestão da educação pública capixaba evidencia um processo de naturalização do privado, comprometendo os princípios da educação como direito social e dever do Estado. A atuação do Instituto Unibanco e de outras organizações privadas, por meio de parcerias com o governo, reforça uma lógica gerencialista, priorizando eficiência administrativa e resultados mensuráveis em detrimento do fortalecimento da gestão democrática e da participação social.

Os riscos desse movimento são diversos. Primeiramente, a dependência de entidades privadas na formulação e execução de políticas educacionais pode enfraquecer a autonomia do poder público, reduzindo sua capacidade de planejamento estratégico a longo prazo. Além disso, a adoção de modelos baseados em gestão para resultados pode gerar uma ênfase excessiva em indicadores quantitativos, deixando de lado dimensões fundamentais da educação, como formação crítica, equidade e inclusão social.

Outro aspecto preocupante é a mercantilização da educação, transformando a escola pública em um nicho de negócios lucrativo, onde materiais didáticos, assessorias, consultorias e tecnologias educacionais tornam-se produtos comercializados por empresas privadas. Esse cenário favorece a transferência de recursos públicos para o setor privado, ao mesmo tempo em que mantém problemas estruturais nas escolas, como precarização do trabalho docente e falta de investimento em infraestrutura.

Diante desse contexto, torna-se essencial fortalecer os mecanismos de controle social e participação da comunidade na gestão educacional. A defesa de uma educação pública gratuita e de qualidade passa pela resistência às estratégias de privatização, garantindo que o direito à educação não seja subordinado a interesses de mercado

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C. A. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 670-687, set./dez. 2020.

AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. 2023. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/escritorio-de-projetos-do-governo-do-espírito-santo-e-considerado-o-melhor-do-pais> Acesso em 20 de janeiro de 2025.

OLIVEIRA, E. A.; MOURA, D. G.; QUADROS, D. P.; REBLIN, J. B. A educação pública nos municípios do Espírito Santo e a presença do setor privado: um estudo preliminar. **Políticas Educacionais e a Privatização: concepções, ações e tendências na educação pública**. 2019.

PETERLE, T. G. S. **O Consed e o Instituto Unibanco: Uma Articulação para a Definição das Agendas Políticas Educacionais para o Ensino Médio (2017–2022)**. Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. 2025.

SANGENIS, L. F. C.; MAINKA, P. J. Presença franciscana e supremacia jesuítica no campo da História e da História da Educação na época colonial - um diagnóstico na pesquisa historiográfica a partir da análise dos CBHE da SBHE. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1-24, 2019.